

AFRICAN UNION

UNION AFRICAINE

الاتحاد الأفريقي



UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

PA14957

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
7 – 12 de Junho de 2015
Joanesburgo, ÁFRICA de SUL

EX.CL/895 (XXVII)vi
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS,
REPATRIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS, REPATRIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

JANEIRO-JUNHO DE 2015

INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, em colaboração com a Comissão da União Africana, realizou as actividades programadas durante o primeiro semestre do ano de 2015, em conformidade com o plano de trabalho aprovado no início do ano. As actividades abrangeram missões de avaliação para o Sudão do Sul, Malawi e Uganda, assim como a participação do Subcomité nas actividades da Comissão.

ACTIVIDADES

Reuniões do Subcomité do CRP para os Refugiados

2. A Mesa do Subcomité do CRP para os Refugiados reuniu-se a 13 de Fevereiro de 2015, para efectuar uma análise prévia do seu programa de trabalho para o ano de 2015 antes da realização da sessão plenária do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente reuniu-se em sessão plenária a 20 de Março de 2014 para examinar o projecto do programa de actividades para 2015, submetido e discutido sobre outras questões importantes relacionadas com o mandato do Subcomité. Os debates dessa sessão versaram principalmente sobre a adopção do programa de actividades do Subcomité para o ano de 2015 assim como as modalidades de organização das consultas regionais a respeito da posição comum africana na Cimeira Mundial, agendada para Maio de 2016, em Istambul, Turquia.

3. A Mesa do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente reuniu-se a 13 de Abril de 2015, com o Presidente do Comité Executivo do ACNUR, Embaixador Comissário, Representante da República de Moçambique junto das Nações Unidas, Escritório de Genebra. Ele informou que tinha concluído uma missão de avaliação para o Sudão do Sul. Afirmou ainda que o propósito da missão era de avaliar a situação das pessoas deslocadas internamente sob protecção das Nações Unidas. Visitou igualmente o Estado nortenho do Nilo Alto no Sudão do Sul, onde havia refugiados de Kordofan e do Nilo Azul do Sudão. O Presidente informou ainda a reunião que ele iria viajar para a Região de Gambela, na República Federal da Etiópia a fim de avaliar a situação dos refugiados sudaneses.

4. A Mesa do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente reuniu-se de novo a 11 de Maio de 2015, a fim de debater com o Departamento dos Assuntos Políticos sobre a situação das actividades relacionadas com a implementação da Decisão do Conselho Executivo Ex. CL/Dec.817(XXV) relativa à aplicação de um processo político consultivo em todas as regiões da União, tendo em vista a posição comum africana na Cimeira Humanitária Mundial, agendada para Maio de 2016, em Istambul, Turquia.

Missões do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente

5. Foram efectuadas diferentes missões de avaliação humanitária pelos membros do Subcomité do CRP para os Refugiados, com o apoio da Divisão dos Assuntos Humanitários do Departamento dos Assuntos Políticos. Essas missões foram enquadradas na decisão do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, de 20 de Março de 2015, através da qual adoptou o seu programa de actividades, tendo solicitado à Comissão para realizar várias actividades durante o ano de 2015, incluindo, entre outros, as missões no terreno nos Estados-membros da União Africana afectados pelo problema do deslocamento de populações assim como por outros desafios humanitários. Durante o primeiro semestre do ano de 2015, o Subcomité do CRP para os Refugiados organizou missões de avaliação humanitária nos seguintes Estados-membros:

- República do Sudão do Sul;
- República do Malawi; e
- República do Uganda.

a) Missão de avaliação humanitária na República do Sudão do Sul

6. O Subcomité para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente efectuou uma missão de avaliação humanitária na República do Sudão do Sul, no período de 19 a 25 de Abril de 2015. A missão foi dirigida pelo novo Presidente do Subcomité do CRP, na pessoa de Sua Excelência Senhor Yahiaoui Lamine, Embaixador da República Árabe Saharaoui Democrática (RASD) na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana, acompanhado por dois Funcionários da Divisão dos Assuntos Humanitários do Departamento dos Assuntos Políticos.

7. A missão da União Africana reuniu-se em Juba, capital do país, com as autoridades governamentais responsáveis pelos assuntos humanitários e a redução de riscos de desastres e com a Comissão para os Assuntos dos Refugiados. A missão reuniu-se com o Representantes Especial do Secretário-geral das Nações Unidas no Sudão do Sul, Funcionários da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (MINUSS) assim como as Agências das Nações Unidas

que trabalham na área humanitária no Sudão do Sul. Em seguida, a missão realizou visitas no terreno, no local de protecção de civis que trabalham na MINUSS assim como ao campo de Gorom, situado a uma distância de cerca uma hora em estrada, partindo da capital.

8. A situação humanitária na República do Sudão do Sul continua a ser dominada pelas condições de vida das pessoas deslocadas, na sequência dos combates que tiveram o seu início a 15 de Dezembro de 2013, em Juba, entre as Forças Governamentais do Sudão do Sul e as Forças da Oposição, que se alastraram rapidamente para outras regiões do país, principalmente em Jongolei, em Unity, e no Estado do Alto Nilo. Esses combates fizeram mais de dois milhões de pessoas deslocadas, cerca de 1,5 milhões dentro do Sudão do Sul e mais de meio milhão nos países vizinhos.

9. No país, a 25 de Abril de 2015, as pessoas deslocadas internamente eram cerca de 604.500 em Jongolei, 366.400 no Estado de Unity, 264.100 no Estado do Alto Nilo e 130.800 em Lacs. 5% das pessoas deslocadas encontraram refúgio em locais de protecção civil da MINUSS, entre outros, em Bentiu (52 825), no campo das Nações Unidas em Juba (34 805), em Malakal (21 359) e em Bor (2 644).

10. Em Malakal, o deslocamento das populações é maioritariamente provocado pelas tensões étnicas entre os Dinkas, Nueres e os Shilluk, mas também pela violência, sempre em curso, entre as Forças Governamentais e a oposição. O número elevado de pessoas deslocadas internamente coloca um grande desafio para o Governo do Sudão do Sul, que continua a registar uma penúria alimentar para responder às necessidades das pessoas deslocadas.

11. O Sudão do Sul enfrenta também o problema do acolhimento de refugiados, principalmente os que chegam depois do desencadeamento de conflitos, em Junho e Setembro de 2011, na vizinha República do Sudão, entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e o Movimento de Libertação do Sul-Kordofan e do Nilo Azul. No Sudão do Sul, esses refugiados estão maioritariamente no Estado do Alto Nilo, principalmente em Maban e Unity. O país acolhe igualmente os refugiados de outros países, tais como a R. D. Congo, a Etiópia, a República Centro Africana e o Uganda.

12. A violência armada naquele país comprometeu os poucos progressos realizados pelo Governo do Sul do Suão e pela sua população desde a independência. Os meios de subsistência da população foram, em grande parte, destruídos e o jovem país encontra-se em um estado de emergência humanitária. Para o futuro, espera-se que as comunidades possam conciliar as suas diferenças, rumo a uma via de paz.

13. No que diz respeito à adesão do jovem Estado aos instrumentos jurídicos da União sobre as questões humanitárias, afigura-se importante notar que o

Governo do Sudão do Sul é favorável a aderir à Convenção da OUA sobre os aspectos ligados aos problemas dos refugiados em África. O país assinou também a Convenção de Kampala, mas ainda não ratificou esse instrumento. Por isso, é importante que a União Africana continue a preconizar e encorajar o Governo da República do Sudão do Sul a aderir, ratificar e integrar na sua legislação nacional e implementar os instrumentos jurídicos internacionais relativos aos refugiados e às pessoas deslocadas

14. Todavia, é importante notar que a população do Sudão do Sul alimenta muitas esperanças na capacidade da União Africana de ajuda-la a reunir os protagonistas do conflito na mesma mesa e persuadi-los a dar prosseguimento às conversações da paz. Portanto, espera-se que a União Africana use os seus bons ofícios para garantir que a estagnada mediação volte aos carris a fim de restabelecer a paz e estabilidade no Sudão do Sul.

b) Missão de avaliação humanitária na República do Malawi

15. O Subcomité do CRP deslocou-se à República do Malawi, de 26 a 30 de Abril de 2015, para fazer uma avaliação da situação humanitária que afecta aquele país. A missão da União Africana foi dirigida por Sua Excelência Senhor Mohamad Fathi Edrees, Embaixador da República Árabe do Egipto na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana, acompanhado por dois Funcionários da Comissão da União Africana.

16. A missão da União Africana para Malawi reuniu-se com diversos representantes de Ministérios, Departamentos e Agências do Governo responsáveis pelas intervenções de luta contra as inundações e os responsáveis pelo deslocamento interno das populações. A missão deslocou-se, em seguida, às regiões do Sul do país, às populações mais afectadas pelas inundações, nomeadamente para os Distritos de Phalombe, Nsanje e Chikwawa, a fim de avaliar a situação das pessoas deslocadas, na sequência dos desastres naturais.

17. A situação humanitária no Malawi é caracterizada pela recorrência dos desastres naturais, tais como as inundações e a seca, que afectam cerca de 26.000 pessoas em cada ano. Em Janeiro de 2015, os Distritos do Sul do Malawi registaram grandes precipitações superiores ao normal, que provocaram inundações massivas ao longo dos rios Shire e Rub, causando, assim, graves consequências humanitárias e materiais. Essas chuvas causaram perdas de vidas humanas, destruíram casas, deslocaram famílias, gado e submergiram terras agrícolas em 15 Distritos.

18. A 30 de Abril de 2015, mais de 145.000 pessoas estavam ainda deslocadas, na sequência das inundações, estando alojadas em seis locais dos 15 Distritos afectados. Um total de 106 mortes foram registadas, e 64.000

hectares de terras agrícolas foram inundados, o que inquieta o Governo no que diz respeito às colheitas e à segurança alimentar da população nos próximos meses. As inundações e os deslocamentos das populações foram seguidos pela epidemia de cólera. No total, foram registados 423 casos de cólera e seis óbitos durante o mês de Abril de 2015.

19. A coordenação da resposta humanitária e das primeiras actividades de auxílio a este desastre está sob a direcção do Governo do Malawi, através do Departamento responsável pela Gestão das Calamidades (DoDMA), com o apoio dos parceiros humanitários e dos doadores. O Ministério da Defesa e a Polícia Nacional do Malawi prestaram igualmente um apoio operacional e logístico, a fim de melhorar a coordenação da resposta. O Governo reuniu-se frequentemente com o Comité Nacional sobre as intervenções de emergência e de assistência às vítimas das calamidades, a fim de examinar os relatórios intercalares sobre a resposta a essas inundações.

20. Todavia, foram levantadas preocupações em termos da melhoria do mecanismo de coordenação entre o nível nacional e os Distritos no que tange a necessidade da criação de sistemas de alerta rápido. O governo do Malawi poderia melhorar os seus planos de transferência de Pessoas Internamente Deslocadas para novas terras novas e seguras uma vez que as mesmas populações têm sido vítimas de cheias todos os anos nas mesmas áreas onde vivem. Isto poderia ser acompanhado por um plano de longo prazo de início de programas de sobrevivência para permitir que as pessoas afectadas retomem a sua vida normal depois das cheias terem varrido as suas propriedades.

21. É importante que o governo do Malawi desenvolva projecto de desenvolvimento a longo prazo tais como reflorestamento das terras e estratégias de intervenção para a colecta das águas pluviais para irrigação de terras agrícolas durante a estação seca. O assoreamento do Rio Shire deve igualmente tomada em consideração.

22. Existe uma necessidade clara do Malawi desenvolver um melhor Sistema de prontidão para os desastres. A importância da criação de um plano de contingência nacional parece ser uma das medidas a longo prazo no Malawi. Malawi e Moçambique têm passado por mesmas experiências da gravidade de chuvas torrenciais e de cheias, mas a cheias no Malawi têm efeitos mais devastadores no meio ambiente e na população. Poderia também haver medidas preventivas, planos e projectos de prevenção conjuntos, que beneficiariam as populações nas áreas propensas para as cheias nos países vizinhos.

23. Em jeito de solidariedade, a União Africana anunciou um donativo de um montante de cem mil Dólares dos Estados Unidos (100.000 USD) a favor das populações afectadas.

c) Missão na República do Uganda

24. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente efectuou, de 18 a 22 de Maio de 2015, uma missão de avaliação da situação humanitária na República do Uganda. Essa missão, dirigida por Sua Excelência Senhor Joseph Nourrice, Embaixador da República das Seychelles na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana, foi organizada em conformidade com a visita humanitária no país de Sua Excelência Dr.^a Aisha L. Abdullahi, Comissária para os Assuntos Políticos.

25. O objectivo dessa missão conjunta era o de, entre outros, observar a política ugandesa em matéria do acolhimento e da integração dos refugiados. Uma política que se diferencia das políticas habitualmente aplicadas em vários países, uma vez que encoraja a reintegração dos refugiados, para além da reunificação nos campos dos refugiados.

26. A missão da União Africana foi recebida por dois Altos Funcionários do Gabinete do Primeiro Ministro ugandês. Trata-se do Secretário Permanente e do Comissário para os Refugiados que, nessa ocasião, informaram a delegação da União Africana sobre a política governamental do domínio dos refugiados.

27. O Governo da República do Uganda tomou, com efeito, a iniciativa da criação de uma política de integração, que inclui as questões de integração dos refugiados no plano de desenvolvimento nacional, o que garante a orçamentação e a inclusão das questões relativas aos refugiados na definição da política migratória do país. Essa política autoriza e responsabiliza as comunidades locais e os seus dirigentes para incluir as comunidades refugiadas que vivem nas suas localidades nos respectivos planos, em particular no que diz respeito à segurança e aos meios de subsistência. O Governo informou também à missão da União Africana que pretende ocupar-se das questões relativas à naturalização.

28. A delegação da União Africana saudou a política criada do domínio do acolhimento e integração dos refugiados no Uganda. Uma política que é holística e progressiva, reforçando as capacidades e as competências dos refugiados para a construção dos seus meios de subsistência, embora estejam deslocados. A política ugandesa em matéria do acolhimento e integração dos refugiados foi considerada como uma política piloto, que deve ser apoiada e partilhada com os outros países africanos como uma boa prática a ser emulada.

29. A missão da União Africana reuniu-se também com os parceiros humanitários que trabalham no país e visitou os campos de reintegração dos refugiados de Kyangwali e Kiryandogo, na zona Norte do Uganda, onde vivem os refugiados do Sudão do Sul, da República Democrática do Congo e do

Quénia. Essa deslocação para o terreno permitiu à missão da União Africana constatar os efeitos positivos da política estabelecida pelo Governo no domínio do acolhimento e integração dos refugiados. Estes últimos vivem em condições aceitáveis nas terras que lhes são atribuídas para o cultivo e a produção de alimentos, a fim de alcançarem a auto-suficiência alimentar. Os reintegrados nesses campos não precisam da ajuda alimentar das Nações Unidas ou de outras organizações humanitárias.

30. No entanto, foram levantadas algumas preocupações em termos da utilização do carvão vegetal, principal combustível para a preparação de alimentos da população nos locais de reintegração e das comunidades locais. Com efeito, a utilização do carvão vegetal contribui para o empobrecimento das florestas e das árvores da região. Daí a necessidade de assegurar a utilização dos recursos ambientais de uma forma sustentável, através da reconstituição daquilo que foi utilizado assim como a identificação de outras fontes de energia, a fim de salvar as árvores e proteger o ambiente.

31. O ensino primário é prestado às crianças dos refugiados nos referidos campos. Áreas de formação em profissões tais como a cultura, o penteado, o fabrico de blocos ou a carpintaria são também fornecidas pelos diferentes actores que trabalham nos campos dos refugiados.

32. Todavia, a missão da União Africana constatou que, embora o ensino primário esteja disponível para as crianças dos refugiados nos referidos campos de reintegração, falta o ensino secundário. Isso explica-se pelo facto de que o ensino secundário não faz parte dos serviços de base fornecidos pelas Nações Unidas e pelas outras organizações humanitárias.

33. Porém, existe uma escola secundária privada na vizinhança, mas ela é inacessível para as crianças dos refugiados desprovidas de meios financeiros. As comunidades locais de Kiryandogo criaram uma escola secundária aberta para os refugiados. Mas a escola não fornece aulas suficientes por falta de professores. Os materiais de laboratório e outros equipamentos importantes estão em falta. Também não existem dormitórios para o acolhimento de crianças órfãs e as que vivem longe da escola.

34. Num gesto de solidariedade com o Povo e o Governo da República do Uganda nos esforços prestados no acolhimento dos refugiados e em solidariedade com as populações refugiadas naquele país, a delegação da União Africana apresentou um cheque de cem mil Dólares dos Estados Unidos (USD 100.000,00) em apoio às necessidades da comunidade da escola secundária de Kiryandongo em termos do acolhimento das crianças refugiadas dessa comunidade.

Consulta sobre a Posição Comum Africana para a Cimeira Humanitária Mundial

35. É de se recordar que na 68^a Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Setembro de 2013, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, anunciou a primeira Cimeira Humanitária Mundial (CHM) de sempre agendada para ter lugar em Maio de 2016, em Istambul, Turquia.

36. Por conseguinte, observando que a África estará no centro dos debates desta Cimeira Mundial, o Conselho Executivo, na sua Decisão Ex.Dec.817 (XXV), enquanto saúda o anúncio pelo Secretário-Geral da ONU da primeira Cimeira Mundial Humanitária de sempre, a ser realizada em Istambul, Turquia, em Maio de 2016, *“apela a Comissão da União Africana (CUA) para elaborar, em colaboração com o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, uma Posição Comum Africana que será apresentada à Cimeira Humanitária Mundial ... e de apresentar regularmente um relatório de implementação ao Conselho Executivo em cada uma das Cimeiras Ordinárias, apontando para a Cimeira Humanitária Mundial...”*

37. Consequentemente, a Comissão, em colaboração com o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, está a implementar um roteiro para o processo político, que envolverá consultas regionais em todas as cinco regiões da União (ver o mapa dos eventos anexado).

38. As consultas regionais darão lugar a discussões entre os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais sobre questões emergentes dentro do panorama humanitária regional e mundial. Ao fazer isso irá desencadear um **“Processo Político”** de reforma para reforçar o sistema humanitário, enraizado em **Valores Comuns** em África, que colocam a humanidade no centro, ao mesmo tempo relevantes, inclusivos e apropriados para África nos desafios actuais e futuros.

39. Roteiro para a aprovação da PCA é o seguinte:

27 – 29 de Maio de 2015	África Austral	Midrand (feita)
28 – 31 de Julho de 2015	Região África Oriental	Arusha
Agosto de 2015	Região da África Norte	Adis Abeba/Argélia
12 – 14 de Agosto de 2015	Região da África Central	Yaoundé
26 – 28 de Agosto de 2015	Região da África Ocidental	Abuja
Setembro de 2015	Plataformas de Alto Nível	Nairobi/Adis Abeba/Abuja
Setembro de 2015	Informe do Subcomité/CRP	Adis Abeba
Novembro de 2015	Reunião dos Peritos	Adis Abeba
Novembro de 2015	Conferência Ministerial	Adis Abeba
Novembro de 2015	Informe do Subcomité/CRP	Adis Abeba
Novembro de 2015	Informe do CRP	Adis Abeba
Janeiro de 2016	Conselho Executivo	
Janeiro de 2016	Conferência	Adis Abeba
Maio de 2016	Apresentação da PCA	Istambul
Junho de 2016	Plano de Acção Pós-Istambul	Adis Abeba
	Conferência Regional sobre a Implementação dos Compromissos de Istambul	Por decidir
Fevereiro de 2017		

40. As consultas regionais darão lugar a discussões entre os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais sobre questões emergentes dentro do panorama humanitária regional e mundial. Ao fazer assim, desencadear um “**Processo Político**” de reforma para reforçar o sistema humanitário, enraizado em **Valores Comuns** em África, que colocam a humanidade no centro, ao mesmo tempo relevantes, inclusivos e apropriados para África nos desafios actuais e futuros.

41. Espera-se três resultados deste processo politica:

- (a) **Posição Comum Africana**, destacando as preocupações de África e preocupações de uma transformação do sistema humanitário global, numa futura Agenda humanitária, relevante e apropriada para o futuro;
- (b) **Declaração**, reafirmando o compromisso da UA para abordar questões de deslocamento forçado e uma reafirmação dos Ideais e Objectivos do Pan-Africanismo, ao mesmo tempo que destaca os principais marcos na definição da futura Agenda Humanitária; e

(c) **Um conjunto de Recomendações** como apelo por uma acção em relação a metas específicas, para abordar de uma forma abrangente as questões do deslocamento forçado no continente.

42. Os resultados das consultas regionais serão analisados através do processo de tomada de decisão da UA, envolvendo validação pelo CTE até Novembro de 2015 e adopção pela Cimeira Ordinária de Janeiro de 2016, antes da apresentação à Cimeira Humanitária Mundial em Istambul, Turquia, em finais de Maio de 2016.

43. O processo da Cimeira Humanitária Mundial oferece mais uma oportunidade a África para apelar para uma mudança na forma de organização e prestação da acção humanitária. O mundo, ao bradar pela mudança, a África precisa de ser parte desta história através de articulação das suas preocupações sobre a futura agenda humanitária. Isto irá. De diversas formas, isto irá alavancar África para reafirmar as suas prioridades e metas durante a Cimeira. A Posição Comum destina-se a garantir a voz e as preocupações de África não são apenas ouvidas mas também tomadas em conta ao moldar a nova arquitectura global para a acção humanitária.

44. Ao proceder assim, a África não estará apenas a apelar para a revisão e transformação do sistema humanitário global para superar as lacunas existentes, mas também a procurar dar ênfase sobre a futura arquitectura humanitária que seja mais relevante, oportuna, eficaz, eficiente e apropriada para os futuros desafios. À luz da sua interconexão com o sistema global, África procurará contribuir para aquilo que a África gostaria que fosse o sistema humanitário global, que garanta uma prestação da acção humanitária eficaz e eficiente ao nível mundial e continental. Em Istambul, África também aproveitará a ocasião não só para reafirmar o seu compromisso de fazer face aos desafios que o continente enfrenta no domínio de questões humanitárias, mas também levantar de forma inequívoca as suas preocupação na agenda.

45. A Posição Comum estará ancorada nos Ideais fundamentais da União, nomeadamente: **Pan-africanismo** e **Valores Comuns** que realçam a **Solidariedade dos Estados**, bem como os compromissos de África em relação à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; do Quadro de DRR Pós-2015; e da Posição Comum Africana sobre Alterações Climáticas. A narrativa de África na formação de uma nova agenda humanitária num panorama globalizado e em mudanças rápidas terá como base a visão da UA, conforme articulada no Acto Constitutivo da União Africana; a Declaração Solene do 50º Aniversário de 2013; os Valores Comuns; a Declaração e o Plano de Acção de Kampala que tem como objectivo lidar com as causas fundamentais e progressivamente eliminar o deslocamento forçado no continente, bem como nos Compromissos da UA constantes da Agenda Pós-2015 e no Quadro Pós-Hyogo.

46. A primeira reunião consultiva para a Região da África Austral realizou-se de 27 a 29 de Maio de 2015, em Midrand, na África do Sul. A reunião destacou a responsabilidade primária de proteger e garantir segurança de todas as populações em necessidade de assistência humanitária. Ao fazê-lo, há necessidade de capacitar os Estados no sentido de prever, evitar e responder a crises humanitárias, bem como adoptar as suas intervenções humanitárias para novas situações. Apelou para a necessidade de reforço das capacidades locais, não só ao nível do Estado, mas também das comunidades locais, colocando ênfase nelas como actores vitais dentro de todo o sistema humanitário.

47. No que diz respeito a parcerias, a reunião enfatizou o papel das organizações humanitárias internacionais bem como das organizações regionais que continuam subsidiárias à intervenção pelas comunidades locais, que são os primeiros a responder às crises humanitárias e a necessidade de serem apoiados.

48. Em relação à reforma do Sistema Humanitária, a reunião apelou para uma mudança de paradigmas para assistência humanitária passar além da resposta a emergências, ligando-a à agenda de desenvolvimento do país em causa, incluindo todos os níveis. Realçou que a Prevenção é um factor fundamental para mitigação do impacto das crises humanitárias e menos dispendiosa do que respostas a situações de emergência.

49. Sublinhou a reforma estratégica em termos de mudança da fixação de Normas para a implementação das Normas pelos Estados, incluindo através de adesão a instrumentos regionais e internacionais relevantes.

50. No tocante à migração, a reunião enfatizou que a assistência e resposta humanitárias devem tomar em conta novas questões que surgem na região da SADC, em particular a questão da migração. Os estados devem tratar do problema como a xenofobia, aplicando as políticas da ONU e da UA relativas a migração, incluindo aquelas que facilitam o papel vital de mobilidade para integração. O Protocolo da SADC sobre a facilitação da circulação de pessoas é um instrumento importante para abordar questões relacionadas com a migração.

51. No que diz respeito a dados e ao género, a reunião enfatizou que a protecção e assistência a mulheres e crianças em situações de crises humanitárias devem ser o centro do sistema humanitário. Apelou para o fortalecimento das capacidades no domínio da recolha, análise de dados e partilha de informação credível e fiável a fim de tomar decisões informadas. Consequentemente, existe necessidade de coordenar e harmonizar tais informações e dados.

52. Relativamente ao financiamento humanitário, a reunião constatou a necessidade de estabelecimento ou de implementação de mecanismos de

financiamento para mobilização de recursos destinados aos países com poucos recursos. Exortou para que haja uma crescente mobilização de recursos internos a fim de reduzir a demasiada dependência de recursos externos, bem como garantir a disponibilização atempada e previsível desses recursos.

53. Neste contexto, deve-se reconhecer o papel dos países anfitriões como um grande contributo à assistência humanitária, uma vez que eles suportam um importante fardo financeiro e social. De acordo com o princípio de partilha do fardo, e com base nos custos reais desse fardo, os países anfitriões merecem apoio regional e internacional para auxiliá-los na mitigação dos impactos da sua hospitalidade.

54. No que diz respeito ao acesso e segurança, a reunião apelou para adopção de mecanismos visando assegurar a segurança dos trabalhadores e de infra-estruturas humanitárias, bem com na garantia do espaço humanitário. A reunião constatou o aumento da presença e de implicação de Empresas Militares e de Segurança Privadas (PMSC) e recordou os esforços em curso, em particular dentro do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, de considerar a conclusão de um instrumento internacional juridicamente vinculativo para regular as suas actividades.

55. Em relação ao pós-Istambul, a reunião sublinhou a necessidade de implementar os compromissos a serem assumidos em Istambul. Realçou que a Agenda Humanitária de África está em cursos e não se limitará apenas ao evento de Istambul. Constatou-se a necessidade de um plano de acção para a implementação dos compromissos de Istambul.

CONCLUSÃO

56. Actualmente, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente realizou grande parte do seu plano de trabalho e continuará a implementar o seu programa de actividades para o resto do ano, focalizando-se nas actividades contidas no seu plano de trabalho para o ano de 2015, dentre as quais:

- 1. Continuar a efectuar missões nos países mais afectados pelo problema dos refugiados, repatriados e pessoas deslocadas internamente, designadamente: na Nigéria, Etiópia, Cabo Verde, República Democrática Árabe Sarauí e nos três Estados-membros afectados pelo vírus de Ébola, nomeadamente a Guiné, a Libéria e Sierra Leone.*
- 2. Continuar a organizar consultas nas restantes regiões da União sobre a posição comum africana na Cimeira Humanitária Mundial, agendada para Maio de 2016, em Istambul, Turquia, de acordo com o calendário publicado.*

3. *Trabalhar com os principais Departamentos da Comissão da União Africana sobre as discussões relativas a coordenação das actividades do Subcomité do CRP para os Refugiados e do Fundo Especial de Ajuda à Emergência, tendo em vista responder à necessidade de uma harmonização dos mandatos e das atribuições entre os dois Subcomités.*

PA14956

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO
HUMANITÁRIA EM ÁFRICA**

JANEIRO – JUNHO DE 2015

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

JANEIRO – JUNHO DE 2015

O Relatório oferece uma visão panorâmica da situação humanitária no Continente. Ele analisa também as tendências e os desafios das consequências das situações de conflito e das catástrofes sobre as populações em todo o Continente. O Relatório também reporta sobre as actividades da Comissão bem como das do Subcomité do CRP para Refugiados, Retornados e Deslocados, incluindo a colaboração e cooperação com os Parceiros da UA e as Agências Humanitárias que trabalham no terreno.

I. VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

1. A actual situação humanitária no Continente continua a ser conduzida por três significativos factores. Os conflitos desembocam em continua instabilidade; défices de governação em muitos dos países afectados e as alterações climáticas que resultam em duras e erráticas condições climáticas – criando toda a fragilidade que integrando outras componentes tornam mais complexas a situação humanitária no Continente. Desde Janeiro de 2015, quando o último Relatório foi submetido, o Continente testemunhou novas e contínuas situações de diferentes consequências humanitárias provocadas pelos efeitos desses três condutores acima mencionados.

2. Isso continua levantando ondas de insegurança na República Centro-africana, Quênia, Líbia, Leste da RDC, Nigéria, na Bacia do Lago Chade, Somália, Sudão do Sul e no Sudão. Ao mesmo tempo, o ressurgimento das situações de conflitos foi testemunhado no Burundi como resultado do insucesso da fracassada tentativa de golpe de Estado, enquanto a África do Sul registou ataques xenófobos contra estrangeiros inocentes. Moçambique, Madagáscar e Malawi continuam sofrendo os efeitos das alterações climáticas que resultam em padrões mais elevados de chuvas do que conhecidos no passado.

3. A fragilidade geral da situação de segurança e a concomitante instabilidade na Líbia contribuíram para tornar o País num espaço próspero sem governo propício para contrabando e tráfico de pessoas ao longo do Mar Mediterrâneo para a Europa. A África do Sul continua a ser o principal destino para os que procuram asilo, bem como para os migrantes que procuram

melhores oportunidades económicas e sociais.¹ De facto, existem situações confirmadas de contrabando e tráfico de pessoas para África do Sul.²

4. O Nordeste da Nigéria permanece uma zona de séria preocupação. Aproximadamente 1.5 milhões de pessoas estão internamente deslocadas apesar das vitórias conquistadas pelas autoridades militares nos últimos tempos e que o Boko Haram cria ainda uma situação volátil na Bacia do Lago Chade.³ De momento, a situação no extremo Norte dos Camarões parece relativamente calma enquanto as actividades dos insurgentes do Boko Haram se fazem sentir nas proximidades da fronteira do Níger, resultando numa nova deslocação dentro da Região da Bacia do Lago Chade.⁴

5. A Sub-região da África Ocidental testemunhou um significativo declínio na incidência do surto da Doença do Vírus do Ébola (DVE). Até 8 de Maio de 2015, Libéria não registou novos casos da DVE o que levou a Organização Mundial de Saúde a declarar o País livre da DVE. As Unidades de tratamento do Ébola estão agora sendo desmanteladas. É pertinente registar os consideráveis esforços da União Africana no combate e no tratamento dos casos da DVE nos três mais afectados Países, Libéria, Guiné e Sierra Leone através do **Apoio da União Africana ao Surto do Ébola na África Ocidental (ASEOWA)**. A missão sob a condução do Major-General Oketta do Uganda proporcionou desde início o envio dos serviços médicos africanos e de outro pessoal que formou a vanguarda dos tratamentos directos destes pacientes na maioria dos casos.

6. Estreitamente ligados à Doença causada pelo Vírus do Ébola (DVE) estão os seus efeitos na segurança alimentar na sub-região, particularmente sobre os países afectados. A pandemia resultou no esgotamento das reservas domésticas que provocou o início mais cedo do que o norma da época de escassez. A consequência disso é que a situação da segurança alimentar começaram a deteriorar comparando aos meses anteriores nos três países mais afectados. Além disso, os rendimentos familiares da maioria das fontes permanecem abaixo da média, devido à desaceleração económica nos três países.⁵ É encorajador registar que dada a assunção de que a época das chuvas iniciará normalmente, espera-se que as actividades agrícolas irão

¹ ACNUR, Maio 2015, Relatório sobre a África do Sul

² Ibid;

³ IOM Maio 2015, Relatório sobre a Resposta Regional à Situação

⁴ Ibid;

⁵ FEWS Net, 30 de Abril, Relatório Especial sobre a Guiné e Sierra Leone

rapidamente relançar os meios de subsistência nesses países⁶, que irão compensar os efeitos da DVE devido ao declínio da resiliência.

7. A incidência da migração irregular continua, conduzindo a morte de muitos migrantes no Mar Mediterrâneo. Até Abril de 2015, as Autoridades italianas recusaram mais de 10 000 pessoas de entre as quais 1056 da Síria e os restantes são africanos. A discriminação dos números é a seguinte: Gâmbia (1.413), Senegal (1.187), Somália (1.107), Mali (991), Eritreia (9.906) e Nigéria (873). A Organização Internacional da Migração (OIM) apelou para uma acção rápida da União Europeia na sequência da qual poderá ser analisada a considerada maior tragédia da história que envolve migrantes que atravessam o Mediterrâneo a partir do Norte da África.

8. Dada a grave natureza da situação, sugere-se que a Comissão da União Africana desenvolva esforços destinados a complementar as medidas existentes tais como a Iniciativa do ACNUR para o Corno de África em matéria de imigração irregular. Neste contexto, sugere-se que uma reunião de peritos de Alto Nível da UA seja convocada para avaliar de forma crítica a situação. A necessidade de monitorizar as actividades ligadas ao contrabando e tráfico de seres humanos no e em volta do deserto do Sahara afigura ser crucial para o trabalho do grupo de peritos. A Comissão deseja chamar a atenção para o facto de que é agora imperativo que esforços concertados sejam consentidos para combater o tráfico na terra uma vez que quase um igual número de pessoas perderam as suas vidas nas viagens diárias através do Sahara para a África do Norte bem como no mar.

II. ANÁLISE REGIONAL

Região da África do Norte

9. A Região da África do Norte continua testemunhando um pico no número de migrantes que fazem perigosas e muitas vezes fatais travessias para a Europa através da Ilha italiana de Lampedusa. De acordo com a OIM, as últimas contagens de migrantes que chegam por mar do mês do Maio eram de 14.908. Esse número é de 25. 703 nos primeiros quatro meses de 2015. O elemento impressionante desse actual fenómeno é o aumento das taxas de fatalidades quando comparado com o mesmo período do ano passado. No primeiro trimestre de 2015, cerca de 1.780 mortes foram registadas comparadas com 96

⁶Ibid;

mortes durante o mesmo período do ano passado.⁷ Por isso, esse número é indicativo de que o Continente está num período de “improcedentes desastres humanitários e de emergências”⁸ Ide facto, a travessia do Mediterrânea pode ser vista como a travessia de migrantes mais mortífera do Mundo.

10. A situação de segurança frágil na **Líbia** resultou na falta de capacidade do Estado para manter a autoridade nacional necessária no país. A Líbia, o destino final para alguns imigrantes antes de se mergulhar na guerra civil, constitui actualmente um ponto de trânsito para quase todos os fluxos migratórios mistos da África Subsaariana à Europa. A situação é também provocada pela instabilidade que está actualmente afectando a região Norte. A violência e a inquietação em muitos dos países criou também necessidades de protecção com o aumento do número de refugiados e requerentes de asilo que são presos e detidos, e por vezes mortos por grupos extremistas. A maioria destes migrantes são provenientes da África Subsaariana. Além dos refugiados da África Subsaariana, existem cerca de 155.000 refugiados sírios na África do Norte dos quais cerca de 140.000 estão no Egipto.⁹

11. Existem cerca de 50.000 refugiados malianos no **Campo Mbera da Mauritânia**, perto da fronteira com o Mali. De momento o fluxo de pessoas para a Mauritânia e regressos espontâneos estabilizou. Com essa estabilização, espera-se que um acelerado retorno a paz no Mali fará reactivar o programa de repatriamento. Contudo, grande atenção ao encorajamento está sendo dada ao regresso voluntário dos refugiados ao Mali facilitado pelo ACNUR.

12. Existe ainda a prolongada situação de refugiados **sarauís** na Argélia. A situação já dura um período de 40 anos. É uma situação recorrente e eles estão acolhidos em cinco Campos perto de **Tindouf** no Deserto do Sahara. A população de refugiados vive em 5 campos principais que levam os nomes das principais cidades do Sahara Ocidental (Aaiun, Dajla, Smara, Bojadour e Auserd), em condições meteorológicas e geográficas extremas, onde as temperaturas podem atingir 50 graus no verão e tornar-se muito frio no inverno para além da presença de tempestades de areia.

13. Tindouf é uma área remota e por isso, os refugiados estão dependentes da assistência humanitária, tendo a maioria poucas perspectivas de sustentabilidade de condições de vida ou de resistência. Estima-se que existem

⁷ OIM, 19 Abril 2015, Painel de Notícias sobre Migração, Relatório da Situação n.º 002

⁸ Ibid;

⁹ OIM, Abril 2015, Declaração do Director-geral, Sr.. Lacy Swing

cerca de 165.000 refugiados nos Campos. Há necessidade de mais esforços concertados pela União Africana e comunidade internacional para responder às necessidades dos refugiados sarauís.

14. Complementar às anteriores conclusões da missão de avaliação conjunta PAM-ACNUR, o escritório do ACNUR nos campos de refugiados saharawis e as ONG que operam nesses campos enfatizaram, durante a sua reunião anual ocorrida em Outubro de 2014, que o montante mínimo do dinheiro necessário para cobrir as necessidades globais nos diversos sectores para 2015 é 37 milhões \$EU (necessidades que não são cobertas por outros doadores). No entanto, a ajuda prevista pelo ACNUR para 2015 é de 9.1 milhões \$EU, o que significa que o défice das necessidades não satisfeitas continua muito alto.

15. Na **Tunísia**, existe um total de 1.024 pessoas que levantam preocupação. A aguardar a adopção e implementação de uma lei sobre asilo na Tunísia, o ACNUR continua sendo a única entidade que determina o estatuto de refugiado no País.¹⁰ Por isso, a Organização assegura que apenas as pessoas que levantam preocupação são registadas e as quais são emitidos certificados do ACNUR e protegidos contra a expulsão. O objectivo do ACNUR é apoiar agora a Tunísia na criação de um sistema abrangente nacional de protecção. Isso é crucial pois servirá como protecção nos futuros casos de deslocação que não puderam ser incluídos na determinação do estatuto.

Região da África Central

16. O recente conflito violento relacionado com eleições no **Burundi** resultou numa crise humanitária. Os protestos e a resposta da polícia provocaram assuntos que motivaram a deslocação interna de pessoas e fluxos de mais de 80 000 burundeses para os Países vizinhos – RDC (8.700) Ruanda (mais de 25.000) e Tanzânia (mais do que 48.000).¹¹ A situação é ainda complicada com Burundi recebendo cerca de 50.000 refugiados, sendo a maioria da RDC. Apesar das várias tentativas de vários quadrantes, incluindo da União Africana, Comunidade da África Oriental e da mais ampla Comunidade Internacional a situação evoluiu para uma incipiente tentativa de golpe de estado em 13 de Maio de 2015. O fracassado golpe de estado agravou a situação, aumentando o nível de caos e de incidentes com ataques de represália, empurrando ainda mais o País para o abismo. Relatórios sobre violência política, intimidação, raptos, prisões arbitrárias e detenções foram abundantes com cerca de 20 mortes e

¹⁰ ACNUR, Operações Sub-regionais, Perfil – África do Norte

¹¹ OCHA, 14 Maio 2015, Actualização sobre Burundi

mais do que 200 feridos e cerca de 900 detenções feitas durante as várias manifestações.¹²

17. A República Centro-Africana (RCA) continua a registar violência e insegurança persistente contra a população civil. Dos vários incidentes de violência contra a população afectada, 2108, 17% foram contra trabalhadores humanitários.¹³ O acesso a ajuda humanitária continua a ser activamente dificultado por interferências na implementação das actividades humanitárias. O número de refugiados RCA nos países vizinhos é estimado em cerca de meio milhão com Camarões a acolher a maioria. O número dos DI atingiu também cerca de 400.000 até 1 de Maio de 2015.¹⁴ Os DI continuam expostos a pobres condições de vida nos locais de deslocação enquanto também registam-se casos de raptos e constrangimento ao acesso a assistência humanitária se proliferam para aqueles que se encontram fora dos locais de deslocação.

18. A situação de segurança na RCA permanece frágil uma vez que o País continua sendo atingido por violentos ataques sobre civis. As operações humanitárias são também impedidas pela permanente insegurança e ataques contra as instalações e trabalhadores humanitários. A escassez de alimentos e a má nutrição, particularmente no seio das crianças persistem como resultado do declínio da produção de vegetais, reservas de alimentos e ruptura nas actividades humanitárias. A continuada falta do controle da malária e das actividades de tratamento associados ao surto do sarampo nalgumas regiões criou um fardo adicional sobre o já sobrecarregado e com limitados recursos do sistema de cuidados de saúde.

19. A questão das crianças soldados é uma outra crise que exige a devida atenção embora mais do que 300 crianças soldados, sendo a maioria delas com menos de 12 anos tenham sido libertadas recentemente pelas milícias. Estima-se que milhares de crianças sejam ainda usadas como combatentes, escravos do sexo e para outras atrocidades.¹⁵ A protecção continua, apoio psicológico e a reunificação familiar e reintegração nas comunidade permanece um desafio.

20. A República Democrática do Congo (RDC) continua também recebendo grande fluxo de refugiados devido a situação volátil na RCA nas áreas fronteiriças com a RDC. Até Março de 2015, o número de refugiados da

¹² *ibid*;

¹³ UNOCHA, Relatório da Situação n.º.54

¹⁴ ACNUR Actualização Regional 55, 18 abril- 1 Maio 2015 – Situação na República Centro-africana

¹⁵ UNICEF, 14 Março 2015 Notícias, http://www.unicef.org/media/media_81890.html

RDC atingiu quase 100.000¹⁶. A maioria desses refugiados vive em regiões remotas da RDC que carecem de serviços básicos. Embora os refugiados tenham sido colocados em novos locais, a maioria estão em locais esporádicos nas comunidades de acolhimento perto da fronteira¹⁷.

21. A própria RDC está dominada por conflito, particularmente na área do Kivu, a qual está devastada por vários grupos armados e disso resultou em deslocação interna massiva de pessoas¹⁸. O recrutamento de crianças soldados por vários grupos armados permanece uma preocupação. Um total de 924 crianças foi libertado por vários grupos armados na RDC de Janeiro a Março de 2015 com a maioria delas vindo da Região do Norte Kivu.¹⁹ Por outro lado, os ataques contra os trabalhadores e organizações humanitários continuam impedindo as intervenções humanitárias.

Bacia do Lago Chade

22. O efeito excessivo do conflito armado na **Nigéria com entradas do Boko Haram na Região da Bacia do Lago Chade, principalmente no Chade, Camarões e Níger** criou o que é visto como “a maior crise humanitária com que África se confronta agora”.²⁰ A escalada da insegurança e da violência na Nigéria, particularmente nas Regiões do Nordeste continuam a conduzir a deslocação interna de milhares e provocam crises de refugiados nos Países vizinhos. Acredita-se que mais do que 192.000 refugiados se instalaram nos Camarões, Chade e Níger.²¹ Esses Países também se viram envolvidos no conflito armado com o mesmo grupo insurgente o qual concomitantemente afectou as suas populações e aumentou o número dos DI e de refugiados em toda a Região da Bacia do Lago Chade, Muitos foram separados das suas famílias imediatas, incluindo crianças divididas dos seus pais. Na Nigéria, nas Regiões de Yola, Maiduguri, Jos e Kano foram registadas pela Cruz Vermelha Nigeriana e pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha e Sociedades do Crescente Vermelho (CICV).²² Embora a assistência humanitária dos Governos Locais dos Camarões, Chade e Níger associada as organizações

¹⁶ UNICEF, 20 de Março de 2015, Actualização da situação sobre a RCA, crise de refugiados na RDC, UNICEF, Janeiro Março de 2015, Relatório humanitário sobre a RDC, Unicef

¹⁷ Ibid;

¹⁸ Ibid;

¹⁹ UNICEF, Janeiro-Março 2015, Relatório Humanitário, República Democrática do Congo

²⁰ CICV, 13 Maio 2015, Redacção Vídeo,

<http://www.CICVvideonewsroom.org/content/open.asp?ID=um57445.1w10920255218130n.56&category=Africa>

²¹ Plano Resposta da Inter Agência da Nigéria, 2015

²² CICV, 13 Maio 2015, Redacção Vídeo,

<http://www.CICVvideonewsroom.org/content/open.asp?ID=um57445.1w10920255218130n.56&category=Africa>

humanitárias internacionais seja muitas vezes dada as necessidades dos refugiados,²³ o grande número de deslocados e um limitado número de organizações humanitárias testemunham a severidade da situação.

23. Os Camarões continuam a ser desafiado pelo fluxo de significativo número de refugiados e dos DI devido a persistente crise nos seus Países vizinhos, nomeadamente RCA e Nigéria. O significativo número de refugiados criou pressão sobre as comunidades de acolhimento, ameaçando a coexistência pacífica. De acordo com os números do PAM e do UNHCR, em finais de Abril de 2015, Camarões recebeu 33.500 refugiados da Nigéria e 216.000 da RCA. Além disso, em estimativa 106.000 pessoas estão internamente deslocadas. A assistência humanitária os DI e aos refugiados estão sendo impedidas pela insegurança nas zonas longínquas das Regiões do norte da fronteira com a Nigéria. Apesar disso, o Governo dos Camarões manteve espaço humanitário para movimento da ajuda humanitária, fornecendo escoltas armadas aos comboios humanitários e segurança nos campos dos refugiados e dos PIDs, afectando locais para realojamento dos refugiados em zonas relativamente seguras longe das fronteiras.

24. No Níger, as Autoridades estimam que mais do que 100.000 refugiados da Nigéria, retornados nigerianos e significativo número de pessoas cujas nacionalidades ainda não estão verificadas estão actualmente no País. De acordo com as Autoridades, a população das pessoas deslocadas deverá provavelmente atingir 130.000 até finais de 2015.²⁴ Embora os refugiados nigerianos tenham sido recebidos no Níger, a recente evacuação dos habitantes da Ilha do Karamga no Lago Chade na sequência do ataque dos insurgentes no início de Maio criou súbita remoção tanto dos refugiados nigerianos como dos nigerianos na área. A evacuação ocorreu em 100 vilas em 74 ilhas em 48 horas para terra firme no Níger, a qual resultou na insegurança e não digna evacuação dos locais e dos refugiados.²⁵ Como resultado, um grande número de refugiados nigerianos que inicialmente fugiram das suas terras de origem por temerem Boko Haram se encontraram numa situação difícil uma vez que continuam a enfrentar a evacuação dos Países vizinhos como Chade e Níger. De acordo com a OCHA, até 06 de Maio de 2015, cerca de 14.000 nigerianos se deslocaram a fronteira entre o Níger e a Nigéria.²⁶ Perto de 6.000 refugiados nigerianos no

²³ Plano Resposta da Inter Agência da Nigéria, 2015

²⁴ *ibid*;

²⁵ ACNUR, Actualização Temática, 11 Maio 2015, Evacuação do Lago Tchad.

²⁶ UNOCHA, Rápida actualização 1,8 Maio 2015, Fuga de nigerianos do Níger.

Níger regressaram ao Estado de Borno enquanto cerca de 2.000 refugiados nigerianos do Lago Chade no Níger foram para Chade.²⁷

25. Acredita-se que **Chade** acolhe cerca de 450.000 refugiados que fugiram dos combates na RCA e em Darfur, no Sudão.²⁸ Os indicadores actuais de deslocados no Chade, de acordo com fontes oficiais, situam-se em 386.780 refuciados de Darfur, 260.570 refugiados da RCA e 16.800 refugiados da Nigéria. A insegurança na Nigéria adiciona-se o fardo da presença dos refugiados além da pobreza e da insegurança das suas próprias populações. Chade enfrenta também problemas associados a seus próprios DI devido aos persistentes conflitos internos, e recentemente devido a acção militar contra os insurgentes no lado do Chade da área do Lago Chade.

Região da África Austral

26. Chuvas intensas no **Malawi e Moçambique** devastaram grandes áreas, tendo afectado negativamente os meios de subsistência de muitas famílias e causado mortes de seres humanos. Inundações massivas nos Distritos do Sudeste do Malawi entre Janeiro – Fevereiro de 2015 afectaram cerca de 250.000 pessoas, forçando cerca de 230 000 deles a abandonar as suas habitações e áreas.²⁹ Estado de emergência foi declarado em 13 de Janeiro de 2015 e foi lançado um plano preliminar de resposta. Cerca de 145.000 pessoas permanecem deslocadas enquanto, até Abril de 2015, a maioria dos deslocados regressaram as suas áreas de residência. Um total de 106 mortes foi registado e 64 hectares de terra das quais aproximadamente 40 000 hectares de terras cultiváveis ficaram inundadas.³⁰ Em Abril de 2015, inundações e movimento massivo de pessoas desencadearam o surto de cólera nalguns Distritos, resultando em 423 casos e 6 mortes.³¹

27. Em **Moçambique** pesadas chuvas e inundações desde o início da estação das chuvas até finais de 2014, particularmente durante Janeiro – Março de 2015 afectaram no total cerca de 370.906 pessoas, 163 fatalidades, destruíram 35.000 casas e perderam 103.807 há de terras agrícolas.³² Chuvas pesadas e inundações provocaram a deslocação de um grande número de

²⁷ *ibid*;

²⁸

²⁹ ACNUR, Janeiro 2105, Operações do ACNUR no Malawi, Ficha Técnica

³⁰ UNICEF, 14 Abril 2015, Relatório sobre a Situação Humanitária no Malawi, no. 18

³¹ *ibid*;

³² Escritório do Coordenador Residente da ONU, 24 Abril 2015, Inundação em Moçambique, Relatório da Situação , no. 6

peças, totalizando 68 000 o que levou a um surto de cólera nalgumas áreas com mais de 8.000 casos e 64 mortes.³³ De acordo com a avaliação do Banco Mundial, os prejuízos causados pelas pesadas chuvas e inundações estimam-se em cerca de USD 400 – 500 milhões. O apoio humanitário, incluindo assistência alimentar de emergência as pessoas afectadas pela insegurança nas áreas afectadas foi registado.

28. Na **África do Sul**, disputas e ataques xenófobos contra estrangeiros iniciaram como disputas laborais entre estrangeiros e sul africanos em poucos locais perto de Joanesburgo, Província de Gauteng em Janeiro de 2015, gradualmente expandiram para a Província de KwaZulu-Natal e outras partes do País até Março de 2015. As situações socioeconómicas desfavoráveis caracterizadas pelo grande desemprego, fosso económico e social cada vez maior na população e fracos sistemas de prestação de serviços foram muitas vezes citados como factores subjacentes que provocaram a onda de ataques contra estrangeiros, seus negócios e trabalhadores migrantes. Os ininterruptos ataques acabaram com a deslocação de estimativamente 5.000 estrangeiros e a morte de 6 pessoas.³⁴ Muitos procuraram refúgios nas igrejas, mesquitas e nos refúgios das comunidades uma vez que os protestos aos ataques e confrontos iniciaram em Abril de 2015. A escalada forçou o Governo a conter a violência e a apoiar os refugiados e os que procuram asilo da África do Sul. Milhares de estrangeiros/trabalhadores migrantes que foram deslocados foram acolhidos em estádios antes da sua repatriação voluntária para os Países vizinhos. A África do Sul ainda acolhe 65.000 refugiados reconhecidos e 295.000 procuradores de asilo,³⁵ da RDC, Congo, Etiópia, Somália e Zimbábwe.

29. A **Zâmbia**, juntamente com os seus Países vizinhos conheceu períodos de seca como resultado de chuvas abaixo da média. O atraso das chuvas em Abril causou quebra da colheita bem como a um baixo fornecimento de alimentos as famílias. A produção do milho está a cinco anos em baixa, lançando assim o medo da insegurança alimentar associado a uma subida dos preços dos alimentos e declínio da procura nos mercados de trabalho baseados na agricultura doméstica.³⁶ Apesar de década de crescimento económico sustentável, Zâmbia ainda enfrenta com desigualdade de rendimentos, pobreza, insegurança alimentar e pobre nutrição e os desafios conexos.

³³ *ibid*;

³⁴ ACNUR, 14 Abril 2015, Novas Estórias, Preocupação pela Violência Xenófoba na África do Sul.

³⁵ *Ibid*;

³⁶ Grupo de Trabalho para Alimentação e segurança nutricional, Abril 2015, Edição 1.

Região da África Oriental

30. Durante a primeira metade do ano, na Região Oriental, os conflitos e as condições climáticas desfavoráveis foram os principais condutores da deterioração da insegurança alimentar e da deslocação na Região.

31. O início tardio e pobre das chuvas de Março a Maio afectou a disponibilidade de água, recursos pastorais e a produção de vegetais. Isso resultou numa mais longa e pobre época da estação da pecuária e na redução das oportunidades de trabalhos agrícolas. Consequentemente, espera-se que os níveis de má nutrição piorem depois de Maio e já estão acima dos limiares críticos em partes do **norte do Quênia, Parte Oriental e do Sul da Etiópia, djibuti rural e no centro-sul da Somália.**

32. Os ciclones tropicais Chedza e Fundi atingiram **Madagáscar** a 16 de Janeiro de 2015, que foram seguidos de fortes chuvas nas semanas que se seguiram. Isso resultou na subida do caudal do rios e destruição de terras de cultivo. Estima-se que um total de 265.129 pessoas foram afectadas, das quais 62.544 foram temporariamente deslocadas e 115 mortas.³⁷ Além disso, um número estimado de 578.000 pessoas acabaram numa situação de insegurança alimentar, das quais 144.000 necessitavam de assistência urgente. Apesar do plano de resposta do governo e o apoio dos parceiros, com a previsão de uma colheita fraca em Maio/Junho, o problema da insegurança alimentar não poderá ser inteiramente abordada.³⁸

33. Em Abril, os militantes do Al Shabaab atacaram a Universidade de Garissa no **Quênia** durante o qual 147 estudantes foram mortos e 79 ficaram feridos. Esse foi o último de uma série de ataques do Al Shabaab no Quênia desde 2011. Na sequência desse repreensível ataque, o Governo anunciou que o Campo de Refugiados de Dadaab que acolhe 550.000 refugiados da Somália deverá ser encerrado dentro de três meses e os refugiados deverão regressar as suas casas. A comunidade humanitária internacional solidariza-se, partilha e entender as preocupações decorrentes da situação. Todavia, o Governo foi exortado a analisar criticamente os efeitos do encerramento repentino dos campos. Prevê-se que forçar os refugiados a regressar para Somália irá resultar em consequências humanitárias desastrosas que podem ter impacto nas obrigações do país ao abrigo do direito internacional dos refugiados.

³⁷ Boletim Humanitário da OCHA, Maio de 2015 – África Austral, 18.ª Edição

³⁸ Ibid.

34. Na sequência de uma visita do Alto-comissário do UNCHR a Somália e ao Quênia, foi atingida uma posição comum sobre três questões – a necessidade de assegurar que o regresso dos refugiados da Somália de Dadaab seja voluntário e que tenha lugar em segurança e dignidade e de acordo com o Acordo Tripartido entre Quênia, Somália e o UNCHR; que a cooperação seja essencial para impulsionar a segurança em Dadaab; e deverá haver uma expansão de áreas adicionais para o regresso de pessoas a Somália.

35. No **Sudão do Sul**, a população civil continua a suportar o impacto do conflito que eclodiu em 2013. A frágil situação, associada aos graves efeitos das alterações climáticas, na forma de chuvas sazonais prolongadas e fortes, resultou em restrições logísticas. Isto, combinado com o conflito, levou à interrupção do fornecimento de alimentos e outros bens essenciais muito necessários para os seus destinos. A luta renovada e contínua no Estado do Alto Nilo e de Unity levou à perda de vidas, incluindo dos trabalhadores de ajuda humanitária. No momento, mais de 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas, e a continuação da violência poderá também precipitar a fome no país.³⁹

36. A intensificação das hostilidades armadas no Estado da Unidade desde início de Maio afectou centenas de milhares de pessoas de Bentiu. A escalada das hostilidades em volta dessas áreas, civis nas principais cidades fugiram para vilas remotas enquanto outros se dispersaram pelas florestas. A escalada da violência obrigou os parceiros humanitários a evacuar o seu pessoal das cidades de Leer, Koch, Nyat, Ganyiel e Mayendit. As actividades humanitárias na área foram suspensas e, como consequência, mais de 300.000 civis precisam de ajuda de emergência, ajuda alimentar e serviços médicos, incluindo assistência para salvar vidas.

37. Actualmente, há um total de 1.5 milhão de DI no **Sudão do Sul**, e o país acolhe também cerca de 261.925 refugiados do Sudão, RDC, Etiópia e República Centro-Africana.

38. A insegurança alimentar permanece uma séria preocupação no Sudão do Sul. As áreas afectadas por conflitos registaram um grande défice de cereais. Um grande número de população deslocadas dependerá principalmente da assistência alimentar. Os conflitos e a insegurança afectaram a migração e causaram movimentos não habituais de gado, o que levanta preocupações

³⁹ ACNUR, Perfil das Operações Nacionais – Sudão do Sul

acerca do surto de doenças. Além disso, a redução contínua do financiamento da ajuda humanitária no Sudão do Sul tem afectado os parceiros de ajuda em todo o país, forçando alguns a abandonar as actuais operações de prestação de serviços críticos a milhares de deslocados internos e crianças vulneráveis.

39. A Etiópia recentemente ultrapassou o Quênia tornando-se o país que mais acolhe refugiados em África na sequência da chegada de centenas de milhares de sudaneses do sul. Actualmente, a população de refugiados na Etiópia atingiu cerca de 630.000. O pico no número é atribuído à guerra civil que está a decorrer no Sudão do Sul. Importa afirmar que a Etiópia continua a acolher uma grande população de refugiados provenientes de muitos países africanos, incluindo a Somália, Sudão, Eritreia, Rwanda, Burundi e Iêmen.

40. Uganda continua a acolher refugiados do Sudão do Sul, Quênia e República Democrática do Congo (RDC). Afigura-se importante elogiar o esforço do Governo do Uganda para garantir a integração dos refugiados no país. O governo fornece terra para a subsistência dos refugiados e criou uma simbiose pragmática entre a comunidade de refugiados e as comunidades de acolhimento.

41. Na sequência de renovada tensão no **Sudão** entre as tribos do Sul do Reizegat e de Ma'aliya no Darfur Oriental, os combates entre esses dois grupos iniciaram em 10 de Maio perto de Abu Karinka. Os Relatórios de casos tanto de civis como de combatentes foram recebidos pela Missão da União Africana – Nações Unidas em Darfur (UNAMID) a seguir ao primeiro dia de combates. A resposta humanitária continua no Norte de Darfur com os Parceiros da ajuda continuando a resposta a situação de emergência na localidade de Mellit na sequência do conflito entre as tribos Berti e Zayada em Fevereiro e Março de 2015. É igualmente pertinente salientar que o Sudão também está a receber deslocados do Sul do Sudão, que não são considerados refugiados no Sudão. Por outro lado, o Sudão recentemente celebrou um Memorando de Entendimento com o Chade sobre o mútuo regresso de refugiados dos respectivos países.

Região da África Ocidental

42. Durante a primeira metade do ano, a situação do Ébola, um surto de sarampo e de meningite no Níger bem como segurança no Norte da Nigéria continuaram a levantar desafios para a Região. A segurança alimentar foi uma

outra preocupação da Região, especialmente nos três Países afectados pelo Ébola.

Ébola

43. A epidemia do Ébola continuou em 2015 apesar de uma gradual redução de novos casos nos três Países afectados pelo Ébola **Guiné, Libéria e Sierra Leone**. No total, desde o início do surto em 2014 foram registados 26.724 casos confirmados e suspeitos de Ebola nesses Países. Foram registadas 11.056 mortes.

44. O Governo da Libéria, em colaboração com os Parceiros humanitários, declarou o fim da transmissão activa do Ébola na Libéria em 9 de Maio de 2015. Isso segue-se a 42 dias consecutivos sem o registo de um novo caso confirmado da Doença do Vírus do Ébola e todos os Pacientes foram libertados dos Centros de Tratamento do Ébola. Terá continuidade o envolvimento sustentável das comunidades para vigilância de longo prazo e capacidade de resposta.

45. Dados provisórios indicam que houve um total de 9 novos casos confirmados na Guiné e Sierra Leone no último fim-de-semana de 10 de Maio de 2015: 7 foram na Guiné e 2 na Sierra Leone. Os esforços de resposta tanto na Sierra Leone como na Guiné continuam com activa descoberta de casos, colaboração transfronteiriça, reforço da segurança , apoio e reuniões para envolvimento das comunidades.

46. Uma conferência de imprensa do Fundo Monetário Internacional, na sequência da sua recente visita, de 23 de Abril a 8 de Maio a Guiné, declara que embora a estabilidade macroeconómica foi mantida na Guiné, o seu crescimento económico baixo até 1.1 por cento devido as consequências económicas e sócias do surto do Ébola. Em Abril de 2015, o Grupo das Nações Unidas para Desenvolvimento calculou que África Ocidental como todo poderá perder pelo menos 3,5 mil milhões \$EU por ano de 2014 a 2017 como resultado do surto do Ébola.

CIMEIRA MUNDIAL HUMANITÁRIA

47. Deve ser lembrado que na 68.^a Assembleia-geral das Nações Unidas, de Setembro de 2013, Ban Ki-Moon anunciou a primeira Cimeira Mundial Humanitária (CHM) a ser realizada em Maio de 2016 em Istanbul, Turquia. Em

conformidade, registando que África estará no centro das discussões da Cimeira Mundial, o Conselho Executivo na Decisão **EX.CL/Dec.817 (XXV)**, enquanto saudou o anúncio do Secretário-geral da ONU da primeira Cimeira Mundial Humanitária a ser realizada em Istanbul, Turquia em Maio de 2016 “... *apelou a Comissão da União Africana (CUA) para, em estreita colaboração com o Subcomité do CRP para Refugiados e DIs, criar uma Posição Comum Africana que será apresentada na Cimeira Mundial Humanitária ... e de forma continuada ir apresentando relatórios de actividades ao Conselho Executivo em cada Cimeira Ordinária até a Cimeira Mundial Humanitária...*” A Cimeira Mundial é organizada em volta de quatro áreas temáticas: **Eficácia humanitária; Transformação através da Inovação; Redução das Vulnerabilidades e Gestão dos Riscos e Atendimento das Necessidades das Pessoas nos Conflitos.**

48. Estão preconizados três resultados desse processo político: **a). Posição Comum Africana** para destacar as preocupações da África e propostas de transformação do sistema mundial humanitário sobre uma futura Agenda Humanitária que seja relevante e própria para o futuro; **b). Declaração** que reafirma o compromisso da UA em tratar questões das deslocações forçadas e a reafirmação dos Ideais do Pan-africanismo e objectivos, enquanto destaca as metas na elaboração da futura Agenda Humanitária e um conjunto de **c).** Recomendações tal como apelo a acção sobre metas específicas para tratar abrangentemente questões das deslocações forçadas no Continente. A Posição Comum procurará ainda que o compromisso da África prossiga o que se segue:

- Responsabilidade primária do Estado para proteger e assistir as populações afectadas;
- Garantia pelo Estado do requisito de espaço humanitário e do acesso;
- Compromisso em utilizar as instalações militares na assistência àqueles afectados pelos conflitos;
- Defesa dos princípios humanitários e dos estandartes internacionais na definição do humanitarismo em África.

CONCLUSÃO

49. Nos últimos seis meses, o continente testemunhou o declínio da Doença causada pelo Vírus do Ébola (EVD) na África Ocidental. Isto constitui um bom sinal de que até o final do ano, a EVD será uma coisa do passado. É evidente também que, com os ganhos militares alcançados através de esforços combinados das forças da Nigéria, Níger, Chade e Camarões, o fenómeno Boko Haram também pode estar em declínio. Consequentemente, espera-se que haverá uma redução da situação humanitária dramática na região da Bacia do

Lago Chade. Mesmo que as actividades negativas do Al Shaabab continuem no Quénia e na Somália, os esforços da AMISOM para fazer face à situação na Somália terão, eventualmente, consequências positivas no Quénia.

50. As consultas com as restantes regiões do continente, relativas à elaboração de uma Posição Comum Africana para a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária, continuarão no próximo semestre. A Comissão exorta todas as regiões a participar activamente na formulação da referida posição comum.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Report of the PRC sub-committee on refugees, returnees and internally displaced persons

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4716>

Downloaded from African Union Common Repository